

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Depois da cassação de Dallagnol, Moro sobe no telhado do Senado

Ao negar o pedido da defesa do deputado federal cassado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) para suspender decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que anulou seu registro de candidatura e determinou que Luiz Carlos Hauly seja empossado no seu lugar, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu, ontem, mais um passo na desconstrução política e judicial da Operação Lava-Jato, da qual o ex-procurador da República foi protagonista. Quem também pode perder o mandato é o senador Sergio Moro, alvo de diferentes ações judiciais.

A principal delas corre no TSE. Por ironia, o pedido de cassação, feito pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, tem o respaldo do presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, que não esconde que gostaria de ver o ex-juiz da 8ª Vara Federal de Curitiba e ex-ministro da Justiça do governo passado sem seu mandato.

O PL aponta eventuais irregularidades cometidas pela campanha do senador e usa como base manifestação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, que apontou falhas na prestação de contas do ex-juiz federal. O segundo colocado na disputa, Paulo Martins (PL), assumiria a vaga, o que aumentaria a bancada da legenda no Senado. A expectativa do PL é de que, em uma eventual nova eleição diante da cassação do mandato, Martins seja eleito senador.

Dallagnol foi cassado em 16 de maio, por unanimidade, devido a irregularidade ao pedir exoneração do cargo de procurador da República, enquanto ainda era alvo de procedimentos para apurar infrações disciplinares no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). No entendimento dos ministros do TSE, esses processos poderiam levar a punições, com base nas leis da Ficha Limpa e da Inelegibilidade. Ambas consideram inelegíveis membros do Judiciário ou do Ministério Público que se candidatarem para escapar de punições.

No caso de Dallagnol, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) fez a recontagem de votos e nenhum candidato do Podemos atingiu 10% do quociente eleitoral. A vaga iria para um deputado do PL, o pastor Itamar Paim (PR). O Podemos, partido do ex-procurador, recorreu ao Supremo para que a vaga permanecesse com a legenda. Toffoli, então, acatou o pedido nesta quarta. Com isso, Hauly, que não havia alcançado o mínimo necessário de votos, deverá ser empossado.

## A Lava-Jato

A Lava-Jato foi a maior operação de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil. A partir de março de 2014, agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigados pela Justiça Federal em Curitiba, que organizou uma força-tarefa para apurar irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, e contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3.

Outras frentes de investigação foram abertas depois, em vários estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, além do Distrito Federal. Entretanto, os métodos adotados para obter delações premiadas sempre foram muito criticados nos meios jurídicos.

O nome "Lava-Jato" decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e um lava a jato de automóveis do Setor Hoteleiro Norte de Brasília, para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Foram investigados doleiros do Paraná, de Brasília, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema de corrupção envolvendo a Petrobras. Grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa.

As empreiteiras formaram um "clube" para fraudar concorrências. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas, nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. O cartel tinha até um regulamento, que simulava regras de um campeonato de futebol, para definir como as obras seriam distribuídas. As diretorias mais envolvidas foram de Abastecimento, ocupada por Paulo Roberto Costa, entre 2004 e 2012, indicado pelo PP, com posterior apoio do MDB; de Serviços, ocupada por Renato Duque, entre 2003 e 2012, indicado pelo PT; e Internacional, ocupada por Nestor Cerveró, entre 2003 e 2008, indicado pelo MDB.

Em março de 2015, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) 28 petições para a abertura de inquéritos criminais destinados a apurar fatos atribuídos a 55 pessoas, das quais 49 eram titulares de foro por prerrogativa de função ("foro privilegiado"). Entretanto, sempre houve questionamento dos advogados em relação aos métodos adotados na Lava-Jato, que culminaram na condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula chegou a ficar um ano e sete meses preso em Curitiba por causa de condenação na Lava-Jato, que foi anulada pelo ministro Edson Fachin, do STF, em março de 2021. Fachin declarou a incompetência da Justiça Federal do Paraná nos casos do triplex do Guarujá, do sítio de Atibaia e das doações ao Instituto Lula. Foi vitoriosa a tese do advogado do petista, Cristiano Zanin, de que Moro não era o juiz natural do processo. Recentemente, Lula o indicou para a vaga de Ricardo Lewandowski, que se aposentou, do STF.

## CÂMARA

## Avança a MP do Minha Casa, Minha Vida

Medida provisória que retoma o programa segue, agora, para apreciação do Senado

» TAÍSA MEDEIROS

A Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória que retoma o programa Minha Casa, Minha Vida. A matéria vai agora ao Senado, onde precisa ser apreciada até quarta-feira, ou perderá a validade.

Como muitos parlamentares já viajaram para suas bases, por causa do feriado de Corpus Christi, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), autorizou que as votações ocorressem de forma virtual.

No plenário, apenas o partido Novo orientou contra a aprovação da MP. O texto já havia passado pela comissão mista, na qual o relator, deputado Marangoni (União-SP), fez diversas alterações, como a permissão para uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para projetos relacionados à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), como vias de acesso, iluminação pública, saneamento básico e drenagem de águas pluviais.

Outra importante mudança foi a inclusão de dispositivos que visem a descentralização da operação do programa, antes exclusiva à Caixa Econômica Federal. Outros agentes poderão atender as famílias.

A retomada do programa, em fevereiro, trouxe algumas novidades, como as três faixas de renda de beneficiários, que vão até R\$ 8 mil mensais. Nas áreas urbanas, a

Pablo Valadares / Câmara dos Deputados



O substitutivo aprovado pela Câmara foi relatado pelo deputado Marangoni (União-SP)

faixa 1 destina-se a famílias com renda bruta familiar mensal de até R\$ 2.640; a faixa 2 vai até R\$ 4,4 mil; e a faixa 3, até R\$ 8 mil.

No caso de famílias da Faixa 1 que sejam residentes em municípios com população igual ou inferior a 80 mil habitantes, insituições financeiras autorizadas pelo Banco Central poderão prestar o serviço.

Além disso, a MP prevê reformas de imóveis inutilizados nas grandes cidades, reajuste no valor de obras já iniciadas e incentivo à construção

de unidades próximas a grandes centros urbanos.

O Minha Casa, Minha Vida havia sido extinto no governo Bolsonaro, que criou o Programa Casa Verde e Amarela.

Na votação, os deputados aprovaram o destaque que retoma o seguro de danos estruturais — previsto no texto do governo, retirado por Marangoni e retomado em plenário.

O texto final estabeleceu prioridades no acesso ao programa habitacional. As primeiras beneficiadas serão famílias chefiadas

por mulheres; que tenham pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes; em situação de risco e vulnerabilidade; que vivem em áreas em situação de emergência ou de calamidade; deslocadas involuntariamente por obras públicas federais; e em situação de rua.

Beneficiários do Minha Casa, Minha Vida também terão subsídios na conta de luz, com redução de, no mínimo, 50% no preço da tarifa em relação ao mínimo aplicado ao restante dos consumidores.

## Três perguntas para

Deputado Marangoni (União Brasil-SP)

**Para a Caixa, o que significará perder a exclusividade sobre o programa?**

Concorrência sempre é bom. Todos os méritos à Caixa Econômica, que presta um grande serviço na área habitacional, tem uma expertise muito grande. Mas a gente precisa ganhar agilidade, ampliar o mercado, para possibilitar que outros agentes financeiros participem. Temos agentes financeiros locais que já têm também uma experiência na produção habitacional.

**Como se dará essa descentralização?**

Começa pequena, mas com critérios, que serão detalhados, agora, pelo Ministério das Cidades: como será a prestação de contas, entre outros tópicos. Precisa regulamentar para a operação funcionar de forma segura e que atenda o critério da eficiência e da agilidade que precisamos ter. A Caixa Econômica tem uma limitação natural do ponto de vista da estrutura operacional. São mais de 5.600 municípios no Brasil, que têm demanda habitacional. Naturalmente, quando se tem um órgão só, há dificuldades operacionais de atendimento.

**As obras inacabadas estão entre as prioridades?**

Temos um espólio muito ruim dessas obras, e um dos principais focos é a retomada de obras, mas também retomar a produção habitacional, corrigindo erros do passado. Por exemplo, grandes condomínios afastados, a segregação da população de baixa renda em condomínios periféricos, que não se mostraram sustentáveis. Descentralizar mais o programa, trazer novas opções, trazer novas opções no cardápio da solução habitacional.



Para a Natália, o melhor tempo no DF foi ter a certeza de poder cozinhar com o Cartão Gás.

Para o Felipe, o melhor começa agora.

**Natália Ferreira**  
Beneficiada com o Cartão Gás e mãe do Felipe.



O GDF não parou de trabalhar para melhorar as nossas cidades e a vida das pessoas. É por isso que hoje você pode ver novos hospitais, UPAs, UBSs, tesourinhas reformadas e grandes obras como o Túnel de Taguatinga, inaugurado no dia 5 de junho. E programas sociais como o Prato Cheio, que foi ampliado para atender 100 mil famílias. Com novas entregas e conclusões de obras ao longo do ano, você vai ver: o melhor começa agora.